

2 Linguagem e empiria

A presente dissertação surge de um questionamento com respeito a como dois atores políticos – a Rússia e a União Européia – definem seu relacionamento. Parte-se da constatação empírica de que tais atores utilizam o termo “parceria estratégica” para referir-se à forma de relacionamento que vem desenvolvendo entre si. Contudo, tal constatação torna-se um objeto de pesquisa relevante quando se passa a questionar o significado que tal termo assume neste contexto e sua capacidade de informar ações concretas. A partir do momento em que o objeto de pesquisa é estabelecido desta forma, começam a ser delineados os pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos sobre os quais se sustentam a dissertação.

Muitos analistas poderiam observar a utilização do termo “parceria estratégica” como a representação ou a constatação de uma realidade (ontologia) imutável. Dada uma ontologia estática baseada na noção de anarquia, atores políticos dotados de interesses estratégicos imutáveis encontrariam em um relacionamento de “parceria estratégica” um meio para alcançar determinados fins comuns e, dessa maneira, estabelecer a concretização de um relacionamento cooperativo. O problema surge no fato de que, ao se assumir tal ontologia, parte-se do pressuposto de que a linguagem é um mero instrumento representativo e retórico. Assim, assume-se que determinados termos possuem significados fixos e que ao se analisar o relacionamento entre dois atores políticos, e tais atores definirem este relacionamento a partir de um termo específico, o fato de se conhecer o significado de tal termo permite uma compreensão objetiva de tal interação, sua profundidade e, sobretudo, seus limites. Tal limitação que a linguagem impõe à capacidade de agência dos atores coloca-se como um elemento fundamental da discussão que se propõe.

Quando se afirma que um dos principais objetivos da dissertação é compreender como um relacionamento passa a ser definido como de “parceria estratégica” e o significado que tal termo assume neste contexto e específico, e, além disso, chama-se a atenção para o fato de que, ao se definir o relacionamento desta maneira, algumas conseqüências podem ser definidas a partir deste ato, apresenta-se uma ontologia bastante distinta. Tal ontologia imediatamente

informa que o contexto deve ser destacado em detrimento de uma crença na imutabilidade de uma realidade concreta, que a linguagem possui um caráter de transformação, podendo um termo assumir significados variados, e que a linguagem e seu uso possuem uma característica que vai além da mera representação de uma realidade objetiva, podendo ser um meio de constituição dessa realidade.

Sobre esta ontologia assentam-se os trabalhos de alguns autores frequentemente chamados, no âmbito dos debates teóricos da Teoria das Relações Internacionais, de construtivistas. Segundo Fierke (2006, p. 173) os autores assim denominados caracterizam-se primordialmente por uma postura epistemológica particular em grande parte informada pela “virada lingüística”. Contudo, deve-se destacar que tal fundamentação na “virada lingüística” – que na realidade informa uma postura não somente ontológica, mas também epistemológica e metodológica – não é tida como uma característica essencial para que uma abordagem seja definida como construtivista (Messari e Nogueira, 2005, p. 168). Existem formas de construtivismo, como o de Wendt (1999), que claramente não se propõem a assumir tal postura. De todos os modos, a “virada lingüística”, na qual se baseiam alguns autores construtivistas, possui uma origem nas discussões no âmbito da filosofia da linguagem, surgidas especificamente com o *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein (1953; ver também Fierke 2002, p. 331), e por isso torna-se necessário que não somente discutam-se as noções teóricas que no âmbito da Teoria de Relações Internacionais informam o arcabouço teórico da presente investigação, mas também as contribuições que derivam do debate no âmbito da Filosofia da Linguagem.

Desse modo, a primeira discussão que será realizada neste capítulo é uma discussão de elementos advindos dos debates realizados por autores não da área das Relações Internacionais, mas da Filosofia da Linguagem. Nesse contexto, centrar-se-á a discussão nas contribuições de Austin (1990[1962]), Searle (2003[1979]) e Wittgenstein (1953). Primordialmente, discutir-se-á as noções que serão apropriadas por autores construtivistas contemporâneos, tais como “performatividade”, “atos de fala” e “jogos de linguagem”. Posteriormente, discutir-se-á como tais noções são incorporadas nas contribuições construtivistas (Onuf, 1990; Fierke, 2002, 2006, 2007) e no debate travado no âmbito dos estudos de securitização (Buzan et al., 2004; Balzacq, 2005). Em seguida buscar-se-á

esclarecer como tais elementos teóricos serão incorporados no que diz respeito à argumentação que será conduzida ao longo da presente dissertação. Assim, serão discutidas as concepções ontológica, epistemológica e metodológica a partir dos quais se abordará o objeto da investigação. Ainda, ênfase é dada à metodologia que será utilizada na condução da argumentação que se busca desenvolver ao longo do presente trabalho, realizando-se esclarecimentos quanto aos estudos de caso selecionados e sobre as fontes que servirão de base para uma investigação que propõe centrar-se na análise do discurso. Por fim, de maneira bastante breve, serão apresentados os passos seguintes a ser realizados ao longo da dissertação.

2.1

As contribuições advindas da Filosofia da Linguagem

O “Terceiro Debate”, surgido a partir do artigo *The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era*, publicado em 1989 por Yosef Lapid, é um marco importante no âmbito da Teoria das Relações Internacionais (Messari e Nogueira, 2005, p. 7). Com ele, surge a oposição entre os chamados positivistas e pós-positivistas e, dentro do abrangente segundo grupo, autores construtivistas como Onuf (1989) e Fierke (2002, 2006, 2007) destacam-se pela incorporação de contribuições teóricas advindas da Filosofia da Linguagem. Os autores cujas contribuições inspiraram estes teóricos que se destacam no âmbito da Teoria de Relações Internacionais foram fundamentalmente os supracitados Wittgenstein (1953), Austin (1990[1962]) e Searle (1979[2003]).

Comumente, realiza-se uma divisão do pensamento de Wittgenstein em duas fases, a primeira é representada pelo *Tractatus logico-philosophicus* (1921) e a segunda por sua obra póstuma *Investigações Filosóficas* (1953) (Marcondes, 1994, p. 219). Segundo Marcondes

“uma das suposições básicas do *Tractatus* é precisamente a idéia de um *isomorfismo*¹ entre a linguagem e o real; ou seja, em última análise, a concepção de que a forma lógica da linguagem representa o real, na medida em que a proposição é uma imagem (...) de um fato. A relação de representação entre a imagem e o fato depende de três características fundamentais:

- 1) Os elementos da imagem representam elementos daquilo que é retratado.

¹ Itálico no texto original.

- 2) A forma (disposição, relação) destes elementos na imagem mostra a disposição destes elementos no que é retratado.
 3) A cada elemento na imagem corresponde um elemento no que é retratado.” (1994, p. 222)²

Dessa maneira, a visão acerca da realidade vai eminentemente refletir uma perspectiva de a que a realidade possui uma natureza *constatativa*, na acepção de Searle (1962). Por sua vez, a segunda fase de Wittgenstein, evidenciada a partir de *Investigações Filosóficas* (1953), rompe com sua concepção isomórfica anterior. Nessa obra, a linguagem “entendida como tendo uma estrutura básica, uma forma lógica, desaparece, dissolve-se, fragmenta-se, dá lugar aos *jogos de linguagem*³, múltiplos, multifacetados, irredutíveis uns aos outros” (Marcondes, 1994, p. 224).

Uma ontologia baseada na existência de jogos de linguagem é uma contribuição fundamental para os autores que promovem a “virada lingüística nas relações internacionais”. Ao caracterizar um jogo de linguagem, Wittgenstein (1953, §7) chama “o todo, consistindo da linguagem e das ações pelas quais é formado, de um ‘jogo de linguagem’”⁴. Mais especificamente, pode-se compreender um jogo de linguagem como um contexto relacional entre atores, um momento (curto ou prolongado) no tempo no qual atores, determinados e constrangidos por regras específicas deste contexto, relacionem-se e, assim influenciam-se mutuamente. Tais jogos de linguagem são então definidos como capazes de assumir incontáveis formas:

“Mas quantos tipos de sentenças existem? Digamos asserção, questão, comando? – Há *incontáveis*⁵ tipos: incontáveis tipos diferentes de uso do que chamamos de ‘símbolos’, ‘palavras’, ‘sentenças’. E essa multiplicidade não é algo fixo, dada de uma vez por todas; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como podemos dizer, vêm à existência, e outros tornam-se obsoletos e ficam esquecidos. (...) Aqui o termo ‘jogo de linguagem’ tem o objetivo de destacar o fato de que *falar*⁶ a linguagem é parte de uma atividade, ou de uma forma de vida.” (Wittgenstein, 1953, § 23)⁷

Tais passagens são relevantes, pois chamam a atenção para a importância do contexto e a impossibilidade de se sustentar a crença em uma ontologia baseada na imutabilidade e na recorrência. Assim, ao se promover essa nova

² Tradução livre.

³ Itálico no texto original. O termo apresentado em português é uma tradução livre do original.

⁴ Tradução livre.

⁵ Itálico do autor.

⁶ Idem.

⁷ Este trecho é citado por Marcondes (1994, p. 224) e é uma tradução livre do original.

ontologia, acaba-se gerando conseqüências importantes para o comprometimento metodológico que se tinha com o positivismo⁸.

No entanto, outro elemento importante decorrente de *Investigações Filosóficas* é a idéia de que uma palavra ou um conceito não é dotada(o) de um significado fixo. Como afirma Wittgenstein (1953, §43), “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem”⁹¹⁰. Dessa maneira, destaca-se que em determinados contextos, em determinados jogo específicos de linguagem, o significado de determinados termos pode assumir significados variados. Esta é uma das premissas wittgensteinianas incorporadas por Fierke (2002, 2006, 2007) que são fundamentais para o objeto da presente investigação e que evidenciam a necessidade de análises voltadas para o uso da linguagem no contexto.

Portanto, para um entendimento de uma “realidade” específica, ou seja, do contexto que permeia um jogo de linguagem, deve-se analisar o contexto lingüístico e se buscar compreender como determinados significados são atribuídos, e, assim, como são definidas as regras que constituem o jogo específico. Neste ponto, deve-se destacar o tema das regras.

Para Wittgenstein (1953, § 81) fica evidenciado que “se qualquer pessoa enuncia uma sentença e significados ou a(os) compreende, essa pessoa está operando um cálculo de acordo com regras definidas”¹¹. E essas regras são, segundo o autor, construídas no processo: “e também não é o caso que jogamos e – construímos as regras conforme avançamos? E inclusive é o caso de que as alteramos [essas regras] conforme avançamos”¹² (Wittgenstein, 1953, § 83).

Essa concepção wittgensteiniana, que se pode resumir como uma abordagem definida pela crença na linguagem em uso e na existência de jogos de linguagem múltiplos constituídos por regras determinadas no contexto, ou seja, definida por uma ontologia polimorfa, deve, portanto, ser destacada por permitir uma nova forma de compreensão da realidade. Deste modo, também influi de maneira marcante sobre como uma epistemologia empiricista deve ser negada. Como coloca Marcondes:

⁸ Steve Smith (1996, p. 17) chama a atenção para o fato de que os termos “positivismo” e “empiricismo” são confundidos no âmbito das Relações Internacionais. O autor destaca que o positivismo é na verdade um compromisso metodológico atado a uma epistemologia empiricista.

⁹ Tradução livre.

¹⁰ Este trecho é citado por Marcondes (1994, p. 225) e é uma tradução livre do original para o português.

¹¹ Tradução livre.

¹² Idem.

“O método de análise dos problemas depende afinal da natureza dos próprios problemas. O que é necessário é uma nova compreensão de nossa própria experiência, do significado desta experiência, algo de que nem sempre temos consciência. É necessário tornar isso mais explícito, mais transparente. São as condições de uso da linguagem e portanto do significado e da experiência que devem ser examinadas (...).” (1994, p. 226)

E o próprio Wittgenstein é bastante explícito quando afirma que

“[e]ra verdade dizer que nossas considerações não poderiam ser científicas. Não era de nenhum interesse possível nosso descobrir empiricamente ‘que, contrariamente a nossas idéias pré-concebidas, é possível pensar tal e tal’ – independente do que isso possa significar. (...) E não podemos avançar qualquer tipo de teoria. Não deve haver qualquer coisa hipotética em nossas considerações. Devemos abandonar toda forma de *explicação*¹³, e a descrição sozinha deve tomar seu lugar”¹⁴ (1953, § 109)¹⁵.

Contudo, se a explicação causal deve ser abandonada, deve-se destacar que o comportamento de atores inseridos em um jogo de linguagem é pautado por regularidades, por costumes, por regras (Wittgenstein, 1953, §199). Ainda, da mesma maneira que regras operam em um contexto e podem ser obedecidas, também podem ser quebradas (Wittgenstein, 1953, § 201). Este é um ponto importante, pois permite que se possa mover o objeto de um estudo das causas pelas quais um ator se comporta de determinada maneira em determinado momento, para um olhar analítico sobre como determinada ação se insere em um contexto relacional específico.

Austin (1990[1962]) e Searle (2003[1979]) devem ser destacados, por sua vez, por uma abordagem que, apesar de ter pontos em comum com a abordagem de Wittgenstein (1953) – principalmente no que diz respeito a uma ontologia que se baseia na noção de linguagem em uso – possui suas especificidades e se difere em alguns pontos com respeito ao arcabouço wittgensteiniano.

O primeiro elemento trazido à tona por Austin é a noção, já presente em Wittgenstein (1953) de que falar algo não se limita a descrever uma realidade, mas sim é uma ação em si, com efeitos práticos concretos. Daí advém a distinção que realiza entre uma sentença constatativa (uma enunciação dotada de um caráter meramente descritivo) para uma enunciação performativa e sua inclinação pela impossibilidade de uma sentença assumir um caráter meramente constatativo, algo que é defendido por Searle quando este autor afirma que:

¹³ Itálico do autor.

¹⁴ Tradução livre.

¹⁵ Um trecho deste parágrafo também é citado por Marcondes, 1994, p. 227.

“[c]omo Austin percebeu, mas muitos filósofos não conseguiram perceber (...) Fazer um enunciado é realizar um ato ilocucionário, tanto quanto fazer uma promessa, uma aposta, uma advertência, etc. Qualquer emissão consistirá na realização de um ou mais atos ilocucionários” (Searle, 2003[1979], p. 27).

Uma “sentença performativa”, um “proferimento performativo” ou um “performativo” “indica que ao se emitir o proferimento está-se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo” (Austin, 1990[1962], p. 25). Dessa maneira, a condição performática da linguagem diz respeito à capacidade da linguagem de influir, modificar e constituir a “realidade”.

Dentro de seu arcabouço, que se baseia na noção de que falar algo é realizar uma ação, existem três classes de atos: locucionário, ilocucionário e perlocucionário (Austin, 1990[1962]). O ato locucionário é tido como um “ato de dizer algo nesta acepção normal e completa” (Austin, 1990[1962], p. 85). Este tipo de ato é constituído por três sub-categorias de atos: fonético, fático e rético (Austin, 1990[1962], p. 85). Na categorização de Austin (1990[1962]),

“o ato fonético consiste simplesmente na emissão de certos ruídos. O ato fático consiste simplesmente no proferimento de certos vocábulos ou palavras, isto é, ruídos de determinado tipo, considerados como pertencentes a um vocábulo e na medida em que a ele pertencem, de conformidade com uma certa gramática e na medida em que a esta se conformam. O ato rético consiste na realização no ato de utilizar tais vocábulos com um certo sentido e referência mais ou menos definidos.” (Austin, 1990[1962], p. 85-86)

Por sua vez, o ato ilocucionário, dotado de uma força ilocucionária¹⁶, é “aquele que se realiza a partir do momento em que o ouvinte compreende como o que foi dito deve ser tomado, ou seja, que ato o locutor pretendeu realizar. (...) É aquele que se realiza quando se evidencia o que o locutor pretendeu fazer ao proferir uma determinada frase” (Bueno, 1986, p. 36). Assim, poder-se-ia dizer que o ato ilocucionário é a essência da linguagem performativa. É nele que se torna evidente o objetivo e a carga de significado de uma enunciação ou proferimento.

Por fim, o ato perlocucionário pode ser entendido como aquele “que se realiza como uma conseqüência daquilo que foi dito” (Bueno, 1986, p. 36), é ele um ato que demonstra se a intenção demonstrada na realização do ato ilocucionário foi aceita pela audiência a qual este foi dirigido.

¹⁶ Vera Cristina de Andrade Bueno (1986) define “força ilocucionária” como “a situação contextual que envolve o proferir da frase” (Bueno, 1986, p. 36).

Deste modo, apresentando o entendimento da concepção austiniana de um ator inserido nos debates sobre segurança no âmbito das Relações Internacionais:

“(...) each sentence can convey three types of acts, the combination of which constitutes the total speech act situation – (i) locutionary – the utterance of an expression that contains a given sense and reference; (ii) illocutionary – in a way this category captures the explicit performative class of utterances, and, as a matter of fact, the concept ‘speech act’ is literally predicated on that sort of agency; and (iii) perlocutionary, which is the ‘consequential effects’ or ‘sequels’ that are aimed at evoking the feelings, beliefs, thoughts or actions of the target audience.” (Balzacq, 2005, p. 175)

A partir dessa categorização, percebe-se que o foco de Austin (1990[1962]) é muito mais centrado na questão de como uma enunciação é um ato que realiza algo do que em uma noção de ontologia fluida e centrada no contexto. Não que a categorização de Austin (1990[1962]) seja incompatível com uma ontologia fluida que parte do pressuposto de que a “realidade” pode assumir diferentes formas, contudo um ponto fundamental que coloca Austin (1990[1962]) e que o distancia de Wittgenstein (1953) é sua tentativa de identificação de classes de verbos performativos, dada sua constatação de uma necessidade de se criar uma “lista das *forças ilocucionárias*”¹⁷ de um proferimento” (Austin, 1990[1962], p. 122).

Nesse contexto, o autor apresenta sua classificação dos verbos performativos: veriditivos, exercitativos, comissivos, comportamentais e expositivos (Austin, 1990[1962], p. 123). Tal taxonomia é posteriormente reformulada por Searle (2003[1979]), que chama a atenção para o fato de que a categorização de Austin (1990[1962]) não diz respeito a uma classificação de atos ilocucionários, “mas de verbos ilocucionários ingleses” (Searle, 2003[1979], p. 14). Ainda, dentre as várias críticas que realiza, chama a atenção para o fato de que “nem todos os verbos catalogados são sequer verbos ilocucionários (...) [e de que] não há nenhum princípio, ou conjunto de princípios, claro e consistente na base dos quais a taxonomia esteja construída” (Searle, 2003[1979], p. 14-15). Searle afirma que

“[e]m resumo, a taxonomia de Austin depara-se com (no mínimo) seis dificuldades inter-relacionadas; em ordem crescente de importância: há uma confusão persistente entre verbos e atos, nem todos os verbos são verbos ilocucionários, há sobreposição demais entre categorias, muitos dos verbos catalogados nas categorias

¹⁷ Itálico do autor.

não satisfazem a definição dada para a categoria, e, o que é mais importante, não há um princípio consistente de classificação.” (Searle, 1003[1979], p. 18)

Daí a proposição de Searle de uma “taxonomia alternativa”, na qual define suas categorias de atos ilocucionários: assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos, e declarações. Dentre essas categorias, as utilizadas no arcabouço teórico de Relações Internacionais, notadamente por Onuf (1989), são as três primeiras e por isso merecem ser destacadas.

A primeira categoria, a dos assertivos, teria o propósito, segundo o autor, “de comprometer o falante (em diferentes graus) com o fato de algo ser o caso, com a verdade da proposição expressa. Todos os membros da classe assertiva são avaliáveis na dimensão que inclui o *verdadeiro*¹⁸ e o *falso*¹⁹” (Searle, 2003[1979], p. 19). Os atos diretivos seriam “tentativas (em graus variáveis, e por isso são, mais precisamente, determinações do determinável que inclui tentar) do falante de levar o ouvinte a fazer algo” (Searle, 2003[1979], p. 21). Por fim, os compromissivos seriam “os atos ilocucionários cujo propósito é comprometer o falante (também neste caso, em graus variáveis) com alguma linha futura de ação” (Searle, 2003[1979], p. 22).

Além dessas três categorias de Searle, uma questão fundamental deve ser destacada: a forma como sua taxonomia se apresenta como diferenciada da proposta de Wittgenstein (1953). Assim como Austin (1990[1962]), Searle (2003[1979]) diferencia-se deste autor, e o faz explicitamente quando afirma que

“[n]ão há, como Wittgenstein (numa interpretação possível) e muitos outros alegaram, um número infinito ou indefinido de jogos de linguagem. Pelo contrário, a ilusão de que os usos da linguagem são ilimitados é gerada por uma enorme falta de clareza sobre o que sejam os critérios que permitem distinguir um jogo de linguagem de outro, um uso da linguagem de outro. Se adotamos o propósito ilocucionário como noção básica para a classificação dos usos da linguagem, há então um número bem limitado de coisas básicas que fazemos com a linguagem: dizemos às pessoas como as coisas são, tentamos levá-las a fazer coisas, comprometemo-nos a fazer coisas, expressamos nossos sentimentos e atitudes, e produzimos mudanças por meio de nossas emissões. Frequentemente, fazemos mais que uma dessas coisas de uma só vez, com a mesma emissão.” (Searle, 2003[1979], p. 45-46)

A distinção acima é fundamental no debate entre os teóricos da linguagem apresentados, mas também se coloca como um marcador importante de teorias

¹⁸ Itálico do autor.

¹⁹ Idem.

construtivistas inseridas no âmbito da Teoria das Relações Internacionais. E são a essas teorias que agora se dirige o foco de discussão.

2.2

A linguagem no Construtivismo e nos debates sobre segurança

Talvez após ler a seção anterior poder-se-ia perguntar qual a importância, no entanto, de se incorporar noções advindas da Filosofia da Linguagem ao âmbito de estudo das Relações Internacionais. Por que as análises que sustentam que a linguagem é uma maneira pela qual se age na “realidade” são uma contribuição relevante ao objeto de estudo do analista de fenômenos políticos internacionais?

Com o advento do Terceiro Debate e a oposição entre positivistas e pós-positivistas, evidenciam-se críticas sobre o modo pelo qual a disciplina em sua vertente positivista – sustentada na crença de que através de um método científico pode-se adquirir um conhecimento objetivo acerca de uma suposta realidade concreta – silencia leituras alternativas de determinados fenômenos e reifica uma ontologia supostamente imutável à qual é atribuída um caráter de verdade. É nesse contexto que a incorporação do debate filosófico sobre linguagem se insere:

“Uma vez que os pós-modernos rejeitam a epistemologia positivista, coloca-se a questão de como podemos estudar a realidade social e, mais ainda, o que constitui essa realidade, uma vez que não podemos supor sua materialidade objetiva. O foco recai sobre a linguagem, que é o principal meio de representação da realidade empregado pelas ciências humanas. (...) Nesse sentido, a maneira como interpretamos a realidade é dependente da linguagem ou das práticas discursivas empregadas para descrevê-la. Cai por terra, então, a própria idéia de representação, de correspondência entre palavras e o real (pois esta será sempre determinada), para dar lugar apenas a *discursos*²⁰ sobre o real.” (Messari e Nogueira, 2005, p. 205-206)

É neste contexto que Onuf (1989), ao citar Foucault (1972) na abertura da primeira parte de *World of our Making* chama a atenção para a necessidade de que as abordagens voltadas para a compreensão de fenômenos sociais estejam livres de uma “logocentric disposition”²¹. Aceitando a relevância da crítica pós-estruturalista ao logocentrismo, mas sem negar a existência do mundo material

²⁰ Itálico dos autores.

²¹ “(...) the expectation that all practice must secure recognition and Power by appeal to some identical consciousness, principle of interpretation, or necessary subjectivity – some central and originary premise necessary to the making and interpretation of history – which is itself regarded as unproblematic, extra-historical and, hence, in need of no critical accounting.” (Onuf, 1989, p. 40-41)

(Onuf, 1989, p. 40) e destacando seu objetivo distinto de “reconstrução” é que Onuf (1989) assume seu logocentrismo, contudo um logocentrismo “esclarecido” que aceita que “[t]he act of construction, the co-constitution of people and society, makes history. (...) Even though I conceive of this ‘viewpoint’ as ‘the foundation or origin of history’s making,’ social construction is nevertheless ‘a contingent effect of political practices within history’” (Onuf, 1989, p. 42-43)²². A linguagem, portanto, torna-se uma forma “esclarecida” – pois consciente - de logocentrismo porque ela “affords us sufficient distance from the world that we can represent the world as it is, including our place in it, through language” (Onuf, 1989, p. 43). A partir daí, Onuf (1989) define seu construtivismo como caracterizado por um “falso começo”, explicitado pela frase “[i]n the beginning was the deed” (Onuf, 1989, p. 46), e se centra nas regras e na linguagem a fim de apresentar sua abordagem para a compreensão dos fenômenos sociais.

Incorporando a teoria da estruturação de Giddens, Onuf (1989) traz uma contribuição de extrema relevância ao debate sobre agência e estrutura, contudo, para os efeitos da presente dissertação, deve-se destacar principalmente o papel atribuído às regras e à correspondência que faz entre estas regras e a taxonomia dos atos de fala de Searle.

As regras são um elemento fundamental do arcabouço de Onuf (1989) a partir do momento que este autor assume uma ontologia na qual não haveria uma distinção muito bem definida entre o mundo material e a realidade social. Para o autor, “the material and the social contaminate each other” (Onuf, 1989, p. 40) e “rules are necessary for material conditions to be identified as such for social purposes, (...) rules cannot organize human endeavor unless they are somehow related to material conditions” (Onuf, 1989, p. 64). Assim, “[r]esources are nothing until mobilized through rules, rules are nothing until matched to resources to effectuate rule” (Onuf, 1989, p. 64).

Onuf (1989), então, analisa as categorias de atos de fala de Searle (2003[1079]) e afirma que somente atos de fala assertivos, diretivos e compromissivos vão incorporar seu arcabouço, uma vez que somente elas seriam capazes de possuir uma correspondência com categorias funcionais de

²² O que se encontra em aspas simples são citações que Onuf faz do trabalho *Geopolitics, Supplementary, Criticism* (1988), the Richard Ashley.

ordenamento²³ e, assim produzir regras (Onuf, 1989, p. 89). Para o autor, a partir dessas três categorias de atos de fala, ter-se-ia “an inclusive classificatory scheme of *all*”²⁴ social rules” (Onuf, 1989, p. 91).

Nesse momento, contudo, apesar de “esclarecido” desde um momento em que incorpora a “virada lingüística” e tenta escapar a um fundacionismo que é um objeto importante de crítica no âmbito do Terceiro Debate, o construtivismo de Onuf (1989) mostra-se como um construtivismo limitado. O autor demonstra, assim como Austin (1990[1962]) e Searle (2003[1979]) um posicionamento distinto àquele de Wittgenstein (1953). Ao analisar a realidade social e advogar uma pretensão à reconstrução, Onuf (1989) incorpora às críticas ao fundacionismo e um arcabouço centrado na linguagem. Contudo, ao realizar tal movimento, mantém uma visão de que a realidade, apesar de não ser fixa e poder assumir formas distintas, deriva de um número limitado de regras, que por sua vez derivam de uma crença em uma limitação nas formas de atos que podem ser realizados com a linguagem. Assim, ao tentar encontrar uma sistematização entre atos de fala, regras e formas de *rule*, Onuf (1989) demonstra sua crença nos limites da “realidade” e de sua capacidade de reconstrução e, portanto, apesar de apresentar uma contribuição importante no que tange à importância da agência como elemento capaz de mobilizar regras e constituir a estrutura (algo inviável de acordo com abordagens anteriores nas Relações Internacionais), não parece apresentar um arcabouço capaz de lidar com a polimorfia que caracteriza as relações entre atores políticos.

Nesse contexto, cabe introduzir o arcabouço de Fierke (2002, 2006, 2007; Fierke & Wiener, 1999). A autora baseia sua abordagem fundamentalmente em Wittgenstein (1953) e parece ser a mais adequada ao objeto de investigação deste trabalho, uma vez que seu foco é o contexto:

“(...) we want to problematize the context. Rather than taking the rules of any particular game for granted, and focusing on the rationality of decisions within an assumed context, we want to elaborate on the context itself within which the changing identities and interests (...) were invested with social and political meaning. To do so, we suggest elaborating on a Wittgensteinian constructivist approach.” (Fierke & Wiener, 1999, p. 723)

²³ No original em inglês, o termo utilizado é “rule”.

²⁴ Itálico do autor.

Fierke (2002) destaca as metáforas da fotografia e do jogo e, ao fazê-lo, sublinha a importância da observância do contexto e da compreensão das regras que imperam nos jogos específicos, possibilitando, a partir da filosofia de Wittgenstein (1953), um arcabouço que concilia uma ontologia polimorfa, uma metodologia pós-positivista, além de não negar totalmente uma epistemologia empiricista:

“(...) we no longer focus on an image, but instead shift to the structure of rules underpinning the game. These rules govern the moments of the players. While the picture emphasizes observation, or what is seen, the *Philosophical Investigations* is more concerned with what is involved in play, in moving *this way*, from *this point* in a game, according to *these* rules. (...) A game may involve multiple layers of activity and participation. There are material *objects* of play (...) whose identity and movements are governed by the rules of a game. (...) [And t]here are *subjects* of play who follow rules, more or less skillfully or knowledgeably, as they move the material objects across the board.” (Fierke, 2002, p. 337)²⁵

Importante é o fato de que, assim como Wittgenstein (1953), Fierke (2002) afirma uma ontologia em que existe uma multiplicidade de jogos possíveis, mas destaca o fato de que seguir uma regra não é mero fruto de uma interpretação (Fierke, 2002, p. 338). Pelo contrário, a autora afirma que interpretações podem ser aplicadas de maneiras diferentes por indivíduos diferentes, porém regras “são padrões que constituem quem somos e como agimos com relação a outros específicos” (Fierke, 2002, p. 338) e, ao emergir, o fazem em um processo de ação e reação entre as partes envolvidas em um jogo, de maneira que há um limite para o caráter interpretativo da realidade, pois as possibilidades de ação possíveis são seguir a regra ou desobedecê-la (Fierke, 2002, p. 338). Deve-se ressaltar que dentro da filosofia de linguagem de Wittgenstein (1953) não existe linguagem privada, os participantes de um jogo têm consciência das regras que imperam no contexto. Deste modo, “o significado é *intersubjetivo e social*”²⁶ (Fierke, 2002, p. 346) e por isso não se pode atribuir tanta relevância ao caráter interpretativo da realidade.

Outros elementos fundamentais da abordagem apresentada por Fierke (2002) são sua afirmação sobre a possibilidade de mudanças nas regras que governam um jogo específico e suas considerações acerca da possibilidade de se fixar significados, identidades e interesses. No que diz respeito à mudança de

²⁵ Itálicos são da própria autora.

²⁶ Idem.

regras que operam em um contexto, em *Links Across the Abyss* (2002) a autora já chama a atenção para o fato de que tal ação pode ser realizada e de que “[the t]ransition or movement toward a new set of rules often requires a challenge to the prevailing necessity and a willingness to act as if a new logic were possible” (Fierke, 2002, p. 338-339). Contudo, a autora esclarece melhor a maneira pela qual identifica a possibilidade de mudança em *Critical Approaches to International Security* (2007). Nesta obra, Fierke apresenta o exemplo da Guerra Fria para demonstrar como as regras de um jogo podem ser modificadas a partir do “agir como se”:

“The power of ‘acting as if’ resides in a double move, that is, in politicizing the rules of the dominant game, by flaunting them, and, at the same time, acting within the framework of a more marginal game that already has meaning within a political context. This created a space of opportunity for leaders such as Gorbachev and Reagan to ‘change games’, from one of enemies in a divided Europe to partners in disarmament in a Europe whole and free. (...) As the legitimacy of Cold War security structures was undermined, a different language stepped into the public imagination and was adapted to the interests of political leaders, who then introduced a change in practice.” (Fierke, 2007, p. 62-63)

Por sua vez, no que concerne à questão de se fixar interesses, Fierke (2002, p. 343) afirma que “[t]he practice of *fixing* meaning is in conflict with the goal of mapping a *change* in identities and interests”²⁷. Assim, ao se assumir que um conceito, como o de “parceria estratégica”, não é estático, isso quer dizer que possui uma relação com a crença de que seu significado depende dos atores ao qual se aplica e aos interesses que possuem nesse contexto.

Do que foi apresentado até agora, destaca-se o fato de que a abordagem de Fierke (2002, 2006, 2007) permite um olhar sobre o contexto – que pode assumir múltiplas formas –, pressupõe o caráter mutável de significados, identidades e interesses e, principalmente – porque então demonstra a relevância da incorporação da “virada linguística” sobre abordagens que não o fazem, como Wendt (1999) – foca em processos e na possibilidade de mudança no que tange às regras que governam os jogos específicos. Contudo, deve-se chamar a atenção para o fato de que dessa maneira a obra de Fierke permite uma abordagem que realiza uma transição para uma metodologia pós-positivista sem, contudo, desconsiderar a importância de uma epistemologia voltada para o elemento empírico. Como colocam Messari e Nogueira (2005, p. 183), “Fierke procura

²⁷ Idem.

afirmar o construtivismo como uma abordagem que se adapta às necessidades da pesquisa empírica sem abrir mão da postura crítica”.

Esta possibilidade permitida pelo arcabouço ontológico, metodológico e epistemológico de Fierke (2002, 2006, 2007) é fundamental para o objeto da presente tese, e por isso é que é com base em seus pressupostos que a investigação deverá seguir. Somente deve-se destacar uma ressalva. Fierke apresenta uma abordagem que utiliza a questão das identidades como uma ferramenta de análise. A abordagem que se realizará, contudo, baseia-se na crença de que não há a necessidade de se trabalhar no presente trabalho com esse elemento heurístico. A partir das ferramentas advindas da Filosofia da Linguagem e incorporadas por Fierke, além de sua abordagem de como compreender uma mudança das regras que permeiam o contexto relacional em um processo, crê-se ter o instrumental necessário para a análise que se propõe.

Antes de se encerrar a discussão desta seção, porém, chama-se atenção para a discussão de como a mudança de regras torna-se efetiva e como o ato de fala torna-se completo e atinge o objetivo programado. Apesar de já se haver exposto como Fierke (2007) vislumbra a mudança de regras em um jogo, é importante, no que diz respeito aos objetivos desta dissertação, que se direcione um pouco mais de atenção à importância da anuência da audiência de maneira que um significado, e não somente as regras que governam um jogo, possam ser alteradas.

Neste momento, chama-se atenção brevemente para a contribuição da Escola de Copenhague. Em *Security: A New Framework for Analysis* (2004), Buzan, Wæver e de Wilde incorporam a noção de atos de fala aos estudos de segurança, discutindo como um determinado tema ou objeto torna-se securitizado, ou seja, como a ele é atribuído um caráter de “existential threat, requiring emergency measures and justifying acts outside the normal bounds of political procedure” (Buzan et al., 2004, p. 24). Para os autores, temas ou objetos podem ser não-politizados, politizados ou securitizados (Buzan et al., 2004, p. 23), e para que um objeto ou tema seja securitizado, ele deve sofrer um “movimento de securitização”²⁸, e é nesse contexto que os autores defendem que a execução dessa prática de securitização se dá por meio de um ato de fala, obedecendo a sequência

²⁸ Tradução livre.

de atos apresentada por Austin (1990[1962]): locucionário, ilocucionário e perlocucionário.

O ponto importante dessa argumentação reside no fato de que os interlocutores do movimento de securitização, ou seja, a audiência, devem demonstrar sua aceitação do movimento para que o objeto ou tema seja securitizado: “[s]uccessfull securitization is not decided by the securitizers but by the audience of the security speech act” (Buzan et al., 2004, p. 31). Nesse contexto, os autores estabelecem duas características de condições para um movimento securitizante bem-sucedido: “(1) the internal, linguistic-grammatical – to follow the rules of the act (or, as Austin argues, accepted conventional procedures must exit, and the act must be executed according to these procedures), and (2) the external, conextual and social – to hold a position from which the act can be made” (Buzan et al., 2004, p. 32).

Esta argumentação é, contudo, criticada por Balzacq (2005), que defende que o conceito de ato de fala de segurança é inadequado no âmbito do objeto de estudo das Relações Internacionais, e então propõe a noção de ação estratégica ou pragmática do discurso, a qual, segundo o autor, “operates at the level of persuasion and uses various artifacts (metaphors, emotions, stereotypes, gestures silence, and even lies) to reach its goals” (Balzacq, 2005, p. 172). O autor demonstra sua preocupação pelo fato de que a Escola de Copenhagen supostamente afirma o papel fundamental da audiência, mas de certa maneira sua estrutura ignora esta audiência, sugerindo a opção por uma visão ilocucionária da segurança, mas que não dá suficiente destaque à dimensão perlocucionária da securitização (p. 177-178).

Assim, Balzacq argumenta (p. 172) que se deve pensar sobre “security pronouncements not as speech acts that are successful to the extent that rules are followed by the agents but as discursive techniques allowing the securitizing actor to ‘induce or increase the [public] mind’s adherence to the thesis presented to its assent’”. Para ele, “success, that is, the possibility of marshalling the assent of an audience (perlocutionary effect), rests with whether the historical conjuncture renders the audience more sensitive to its vulnerability” (Balzacq, 2005, p. 182). Por fim, o autor afirma que “the expression of the powes of words”, ou seja, em última instância o que se considerariam as condições para um ato de fala bem-sucedido, seriam: “(i) the context and the power position of the agent that utters

them; (ii) the relative validity of statements for which the acquiescence of the audience is requested; and (iii) the manner in which the securitizing actor makes the case for an issue, that is, the discursive strategy displayed” (Balzacq, 2005, p. 190).

Esta discussão entre Balzacq e a Escola de Copenhague é brevemente mencionada, pois a crítica de Balzacq, apesar de voltada para um debate específico, chama a atenção para a discussão colocada por Fierke (2002, 2007) sobre como se gera uma mudança nas regras de um jogo. O que se quer destacar é o fato de que não somente que determinados atores passem a “agir como se” um novo conjunto de regras fosse possível faz com que os interlocutores aceitem tal proposição. Quem fala, para quem se fala, o que se fala, o modo que se fala e o momento em que se fala são elementos fundamentais que devem ser levados em consideração quando se busca compreender a mudança ou não de regras que governam um contexto ou de um significado assumido dentro de um contexto.

Após estas últimas duas seções, que buscaram esclarecer os fundamentos que baseiam a presente discussão, crê-se poder iniciar uma discussão acerca do objeto de investigação e a forma como este objeto será investigado e discutido.

2.3

Aplicando a linguagem à empiria: como discutir a parceria estratégica entre a União Européia e a Rússia

Como destacado na introdução, o objeto de estudo que se propõe é uma compreensão do processo pelo qual o relacionamento existente entre a Rússia e a União Européia adquire seu significado atual. Como já se destacou, o objeto de estudo da presente dissertação é resultado da fundamentação ontológica, metodológica e epistemológica que se buscou apresentar nas seções anteriores. Isso se dá, pois a investigação justifica-se na crença de que significados não são fixos, que a “realidade” deve ser abordada a partir da linguagem e das noções de atos de fala, performatividade e jogos de linguagem, e de que os atores têm capacidade de agência, através da linguagem, de modificar as regras que governam os contextos relacionais que compartilham com outros atores.

Como já se mencionou, e posteriormente se analisará de maneira mais atenta, o objeto de investigação parte de uma observação realizada com base em análises de discursos, declarações e documentos de representantes russos e

européus que demonstram, de maneira preliminar, que o relacionamento entre a Rússia e a União Européia, quando apresentado como um relacionamento de “parceria estratégica”, demonstra uma atribuição específica de significado no que concerne a este conceito. Em sua acepção original, o conceito de parceria remonta à noção de “parceiro” (Machado, 1967), cuja análise etimológica remonta ao latim *partiariu* (Machado, 1967; Nascentes, 1966), aquele que participa ou que compartilha algo (Machado, 1967), contudo, como se verá a seguir, este não é um significado único e definitivo desse conceito.

A partir do que vem sendo discutido neste capítulo, qual seria então o objetivo de um olhar que incorpora elementos de discussão advindos da Filosofia da Linguagem ao âmbito das relações entre a Rússia e a Européia? Propõe-se uma análise que permita compreender como as regras advindas da linguagem que governam o contexto de interação entre a Rússia e a União Européia surgem e como estes atores e seus interesses são investidos de determinados significados sociais e políticos (Fierke e Wiener, 1999, p. 723). Espera-se compreender como um contexto lingüístico de regras é sustentado, principalmente através da enunciação do conceito de “parceria estratégica”, e dessa forma atores e possibilidades de agência passam a ser definidos e um contexto específico se sustenta.

Como se pode observar, portanto, a investigação que se propõe é centrada na análise do discurso e, incorporando uma metodologia pós-positivista, não está preocupada com a identificação de variáveis independentes e variáveis dependentes e com a explicação de uma relação causal entre tais variáveis. Poder-se-ia perguntar então, como a investigação será elaborada?

Pode-se destacar, então, uma colocação de Fierke (2007), que afirma que

“[a] causal relationship requires the isolation of independent and dependent variables. A constitutive discourse analysis, by contrast, requires that we ‘look and see’ the matrix of identities and interests and the process by which they are gradually transformed through historical interactions. These interactions do not by definition magnify the difference between identities; they may also attempt to renegotiate a different type of relationship between self and other.” (Fierke, 2007, p. 81)

No mesmo trabalho, Fierke destaca (p. 68) que, ao se discutir a questão da invasão do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003, uma série de análises busca respostas, utilizando-se de uma metodologia positivista, que possam explicar

porque se realizou a invasão, ou seja, quais os interesses por trás deste ato. Por sua vez, a autora propõe que a questão seja observada de uma maneira distinta, buscando-se uma análise que discuta “o fato social de que a invasão aconteceu e como ela se tornou possível” (Fierke, 2007, p. 68). É exatamente nesse registro de observação e compreensão que se pretende compreender como o relacionamento entre a Rússia e a União Européia desenvolve-se historicamente e como o conceito de “parceria estratégica” insere-se, assume um determinado significado e constitui o jogo no qual os interlocutores são a União Européia e a Rússia. Assim, o método proposto para a condução da presente dissertação consiste na observação da linguagem enunciada e sua consideração não como um elemento constativo, mas como um ato de fala de caráter performativo. Analisando os textos que se inserem no âmbito do relacionamento bilateral, analisar-se-á como eles se relacionam a um contexto anterior e como possuem um caráter normativo de influenciar a realidade objetiva, de constituir o contexto relacional a partir da proposição de interesses para os atores e de possibilidades de ação para os mesmos.

Quais, então, serão os textos que serão utilizados como base para a realização de uma análise do discurso? Uma vez que a investigação tem como objetivo compreender o processo de constituição das regras que definem o jogo realizado pela Rússia e pela União Européia, existem alguns documentos que definem o marco de relacionamento bilateral entre a Rússia e a União Européia e que, portanto, não podem deixar de ser analisados. Estes textos são o já mencionado *Acordo de Parceria e Cooperação*, em vigor desde 1997, a *Estratégia Comum da União Européia para a Rússia*, divulgada no Conselho Europeu de Colônia em 1999, o *Conceito de Política Externa da Federação Russa* do ano 2000, a *Estratégia de Médio Prazo da Rússia para a UE (2000-2010)*, a *Declaração Conjunta* firmada em 2003 para a implementação dos *Quatro Espaços Comuns* e, de 2005, os *Roadmaps* para a criação desses *Espaços Comuns*, além do *Conceito de Política Externa da Federação Russa*, do ano de 2008.²⁹ A análise desses e outros documentos será fundamental principalmente nos quarto e quinto capítulos do presente trabalho.

²⁹ Os títulos apresentados em português são uma tradução livre dos mesmos em inglês.

Evidentemente, outros textos que devem ser analisados são discursos realizados por representantes russos e da União Européia e documentos que remetem a temas que se inserem na seara de questões presentes na agenda bilateral, como os Livros Verdes da Comissão Européia. Contudo, à parte desses documentos, existiriam muitos outros episódios que deveriam ser analisados, pela sua relevância para o exame do processo de constituição deste relacionamento. É olhando para esses episódios, e baseados em uma ontologia racionalista que muitos analistas (dentre eles Kempe e Smith, 2006; Krastev, 2007; Heikka, 2004; Medvedev, 2006, entre outros) constatarem um relacionamento pautado em incompatibilidades e uma probabilidade pequena, se não inexistente, de se avançar em direção a um relacionamento mais cooperativo, ou mais próximo do significado que se atribui originalmente ao conceito de parceria.

No entanto, uma abordagem que realizasse uma análise minuciosa passo a passo do relacionamento entre a Rússia e a União Européia desde seu princípio, quando da declaração de independência da Rússia em 1991, seria inexequível no âmbito das possibilidades de uma pesquisa com a abrangência do presente trabalho. É por isso que a análise assenta-se na linguagem presente em documentos, discursos e declarações. Cabe, contudo, destacar que essa análise dos documentos, discursos e declarações será realizada dentro de um limite temporal estabelecido. Somente será considerado o período de tempo que se inicia com o início da entrada em vigor do Acordo de Parceria e Cooperação (1997) até janeiro de 2009. Dessa maneira, espera-se poder incluir nos resultados da investigação fatos e fontes recentes que dizem respeito às relações bilaterais sem, porém, impedir que a análise possa ser concluída ou ser afetada por eventuais contingências que possam surgir no momento de fechamento do texto final. Além disso, a data inicial do período temporal determinado é determinada pela maior abundância de fontes que surge a partir do fim da década de 90.

Nesse contexto, as fontes discursivas são a fonte primária de condução da investigação. Contudo, deve-se destacar que textos de apoio serão utilizados quando da realização dos estudos de caso. Através da utilização de análises e textos históricos de apoio, espera-se realizar uma melhor contextualização histórica e uma discussão mais profunda e embasada do objeto de investigação.

Ainda, cabe ressaltar que, a fim de realizar um estudo que faça uma análise mais profunda também de questões específicas, realizar-se-á dois estudos de caso:

o diálogo no que tange a assuntos energéticos e a abordagem quanto ao recente conflito entre a Rússia e a Geórgia. Cabe, então, uma fundamentação da escolha desses dois casos.

Analisando-se a argumentação de analistas que lidam com as relações entre a Rússia e a União Européia e a identificação de um suposto caráter de incompatibilidade, alguns elementos básicos são mencionados e que seriam elementos que ajudariam a compreender a razão da dificuldade de implementação de um relacionamento positivo: concepções divergentes de soberania moderna e pós-moderna e a discrepância no que diz respeito a valores comuns (ambas as quais se evidenciam em objetivos distintos e que se refletem nas posições opostas com respeito às políticas doméstica e externa da Rússia), além de falta de acordo com respeito a questões comerciais em um contexto de assimetrias. Assim, por mais que tais elementos não possam, dentro do arcabouço metodológico e epistemológico sobre o qual se conduz a presente investigação, ser considerados variáveis, como em um estudo pautado em uma metodologia positivista, são elementos que devem ser levados em consideração, pois parecem ser indicadores de como se pode compreender o significado atribuído ao termo “parceria estratégica”.

Dessa maneira, na busca de estudos de caso que pudessem permitir a análise de como tais elementos estivessem manifestando-se, em maior ou menor grau, foram selecionados os casos mencionados. Cabe destacar que ambos os casos são exemplos de contextos específicos dentro de um âmbito mais amplo de relações entre a Rússia e a União Européia que se destacam por sua relevância e atualidade. Deve-se ressaltar que o diálogo no que diz respeito a temas energéticos é um dos temas fundamentais das relações entre ambos os atores, dada a dependência energética da União Européia com relação à Rússia e dada a importância de recursos energéticos na pauta de exportação russa para a União Européia – o parceiro comercial mais importante da Rússia. Por sua vez, a questão georgiana é uma questão que remonta ao início do relacionamento entre a Rússia e a União Européia desde seu início, perpassando toda a história deste relacionamento até os dias atuais quando se encontra provavelmente em seu ápice, dados os conflitos e negociações que se dão no ano de 2008. Uma análise dos posicionamentos de ambos os atores no que diz respeito à questão da independência de Ossétia do Sul e Abcásia parece ser um caso a mais de grande

validade para a compreensão das regras que constituem o relacionamento entre Rússia e União Européia e o significado assumido pelo conceito de parceria estratégica neste jogo.